

“GENERALIDADES¹” – REFLEXÕES ACERCA DO COTIDIANO NA ESCOLA PÚBLICA DE SÃO PAULO.

Elias Coimbra Silva²

RESUMO: Ante a constatação da existência ínfima de trabalhos que foquem as circunstâncias gerais do trabalho docente nas escolas públicas de São Paulo, este artigo busca descrever e contextualizar um breve, porém significativo, acontecimento: a mobilização de professores da cidade de Ribeirão Preto, no dia 18 de novembro de 2014. Tal mobilização, que veio a antecipar a própria greve que foi deflagrada no dia 13 de março de 2015 e que ainda está ocorrendo, tinha como objetivo principal a manutenção dos empregos de centenas de professores. Paralelamente, tecerei aqui algumas reflexões acerca das condições do trabalho docente, tendo por base a minha própria experiência como professor.

PALAVRAS-CHAVE: Professorado, Estado, Luta por Direitos.

ABSTRACT: In front of the finding of the tiny existence of works that focus the general teaching labor circumstances in the public school of São Paulo, this article seeks to describe and contextualize a brief but significant event: the mobilization of teachers in the city of Ribeirão Preto on 18 November 2014. Such mobilization that came to anticipate the very strike that broke out on 13 March 2015 and is still taking place, had as main objective the maintenance of the jobs of hundred of teachers. At the same time, I will make here some thoughts about the teaching labor conditions based on my own experience as teacher.

KEYWORDS: Professoriate, State, Rights Struggle.

¹ Nos Diários de Classe existe um espaço, no final, denominado “generalidades”, cuja função podemos ler assim: “ocorrências, lembretes, agenda e observações que o professor queira anotar”.

² Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia.

INTRODUÇÃO

Originalmente, este texto se iniciava a partir do primeiro parágrafo do subtítulo “Breve relato” (criado *a posteriori*), pois se destinava a outro fim. Mas, antes mesmo de concluir o chamado relato, percebi o potencial do tal relato e concluí por razoável converter o texto em um artigo; acrescentei algumas referências e incluí outros subtítulos – aliás, esta “Introdução” se alinhava entre esses últimos. A minha referência, nesse momento, era Henri Berr, com seu projeto para aproximar história e vida (SCHIAVINATTO, 1993, p. 107).

Assim, pela natureza marcadamente narrativa do artigo, evito cindi-lo em outros subtítulos que não aqueles que são estritamente necessários para conferir “forma suficiente” a um texto que, originalmente, não passava de uma *nota pessoal*. É assim que descrevo (e justifico) tais passos na presente introdução, a qual se segue o chamado relato – sobre um acontecimento coetâneo – e algumas “reflexões acerca do cotidiano na escola” – que dá título ao texto. A propósito, sobre esse “cotidiano”, embora sejam arqui-conhecidos alguns dos problemas arrolados, optei pela descrição (relativamente) minuciosa dos mesmos, pois notei – com algum espanto – que quase nada foi escrito sobre o que *de fato* acontece dentro de uma escola.

Na minha busca por referências bibliográficas, há algum tempo e por razões que não vêm ao caso agora, descobri que a quase totalidade dos artigos escritos sobre as escolas públicas, ora recitavam expectativas e projetos (quase) utópicos acerca duma escola que *devia* existir, na opinião dos autores – ou seja, textos de ética e não de ciência –; ora criticavam o capitalismo ou o neoliberalismo por ter “deformado” a escola de alguma maneira. Mas, onde estavam – eu me perguntava – os artigos sobre as escolas reais, com alunos reais, professores reais e desafios reais? Talvez o presente possa contribuir com algum tipo de resposta.

BREVE RELATO

Eu estava na parte frontal, na entrada da Diretoria de Ensino, aguardando junto de outros 80 ou 90 professores da rede pública de São Paulo, a resposta da Sra. Simone

M. Locca – a dirigente. Um amigo (e professor), então, me confidenciava: “Sabe quando você está vendo um jogo [de futebol] em casa, à noite, e você vê que ele está acabando e começa a bater uma tristeza, a garganta começa a apertar... Eu não sei se é comigo que acontece isso ou se com todo mundo.” (CARVALHO, 2014)

Ele se referia, evidentemente, àquela sensação que quase todos sentimos em algum momento, a angústia inerente ao nosso trabalho de professores – ou, como prefere o sindicalista e também professor (de história), o thompsoniano Roberto F. Toffoli: “operários do giz” – pelo fato de que, estando em casa no final de domingo, percebemos a aproximação da segunda-feira e com ela a escola.

Momentos antes, o professor Victor havia dito, em voz alta, no saguão da Diretoria de Ensino, as seguintes palavras: “Eu não acredito ainda que a Sra. Simone esteja numa reunião tão importante assim, que não possa dar uma palavra para os cem professores aqui presentes, trabalhadores que carregam a escola do estado nas costas!” Talvez movida por intensa emoção – a emoção, no caso, tratava-se, no meu modo de ver, da conhecida “indignação” – uma professora da E. E. Sebastião F. Palma começou a gritar: “EU NÃO DEIXEI AS MINHAS OITO AULAS HOJE, PARA VIR AQUI E NÃO SER ATENDIDA PELA SENHORA DIRIGENTE!” Em seguida a mesma professora puxou o refrão: “DESCE SIMONE, DESCE SIMONE, DESCE SIMONE!” – entoado por todos os (quase) cem professores amontoados naquele saguão de não mais que 30 metros quadrados.

Era uma “descida”, literalmente falando: a sala da dirigente ocupava o segundo piso daquela edificação. Mas, também, uma descida ao arquiconhecido “chão de fábrica”, ou seja, o mundo real, onde professores são mal remunerados³ e/ou saem da escola, escoltados pela polícia⁴. Pois, de fato, a situação do professorado paulista se

³ A remuneração – muito baixa, se a considerarmos no universo dos funcionários públicos com Nível Superior – é um dos aspectos que conduzem ao debate atual acerca da “proletarização” da categoria dos professores: “No Estado de São Paulo, o professorado apresenta alguns traços que poderiam situá-lo mais como classe trabalhadora do que categoria profissional, apesar da ambivalência vivida. Trabalha em condições precárias; na maioria das vezes é trabalhador horista, sem garantia de emprego, sem local de trabalho delimitado; recebe salários aviltados e luta contra a fragmentação do processo de trabalho e a perda de prestígio, o que o distancia do profissionalismo.” (CAÇÃO, 2007, p. 155)

⁴ Semanas antes dessa nossa mobilização – o professor Roberto F. Toffoli nos contava, na Escola Deputado José Costa, onde lecionávamos ele, eu e o professor Rafael – que, noutra escola daquele pacato e mesmo município, um professor precisou ser escoltado por policiais militares a fim de que pudesse deixar a tal escola, na porta da qual, um aluno e colegas seus aguardavam para espancá-lo (TOFFOLI, 2014).

deteriorou muito nas últimas duas décadas e – sem entrar num debate político-partidário infértil – o Governo do Estado respondeu, ora com medidas paliativas de cunho salarial, como a *bonificação*⁵, ora com medidas paliativas de caráter pedagógico, como a adoção do “manual” do norte-americano Douglas Lemov⁶. Demonstrando com isso, uma completa falta de sensibilidade (na melhor das hipóteses); ou, talvez, cinismo mesmo.

A decisão de ocupar o saguão partiu do professor Victor, após um acalorado debate na Avenida Nove de Julho, mais precisamente no passeio público contíguo ao prédio da Diretoria. Uns após outros, professores e professoras revezavam-se na utilização do microfone ali existente e ligado a um carro de som, pertencente ao sindicato. A primeira proposta sugeria que ocupássemos as salas do interior da construção. Mas, considerada um pouco radical – tendo em conta que o proponente convidava quantos conseguia para dormir no local naquela noite – a proposta foi substituída pelo ato simbólico de “protocolar a nossa queixa”. Era cerca de 16:00 –

⁵ Na ausência de um verdadeiro projeto de valorização dos professores, mas, “contraditoriamente” (?) interessado nos rumos da educação básica estadual, o Governo de São Paulo acabou criando o polêmico bônus: “A bonificação por desempenho do docente no ensino público estadual paulista é uma política adotada desde o ano de 2000. Ela nasceu da necessidade do governo de criar indicadores de qualidade que pudessem prestar contas aos organismos financiadores internacionais [...]. Nestes últimos 10 anos, a prática de conferir um bônus salarial aos professores e às escolas bem avaliadas por meio de avaliação externa [...] foi utilizada por todos os Governadores que se sucederam no Governo do Estado” (ROCHA JR., 2012, p. 08).

Entretanto, sobre aquilo que o professorado pensa desse bônus: “A reivindicação presente nas respostas dos docentes para que o bônus fosse incorporado ao salário, deve-se ao fato da necessidade em garantir uma boa e fixa remuneração mensal que lhe garanta uma aposentadoria adequada. O bônus é para os professores uma incógnita, seja pelo seu caráter meritocrático, seja pela sua natureza de política que pode ser alterada pela decisão dos governantes.” (ROCHA JR., 2012, p. 53)

⁶ Existe uma orientação para que os coordenadores pedagógicos, na realização do seu trabalho de auxílio ao aperfeiçoamento dos professores, veiculem as ideias contidas no livro “Aula Nota 10”, de D. Lemov. Trata-se um livro de simples entendimento e de cunho comportamentalista, no qual o autor “expõe” práticas que, segundo ele, funcionam por fundamentarem-se na experiência e não em teorias. Evidentemente, a contradição salta a vista, posto que, toda experiência é particular, logo, conquanto essas práticas “funcionem” no contexto das experiências descritas pelo autor, não é razoável elevá-las à condição de “regras gerais” – coisa que os responsáveis pela educação pública em São Paulo estão propondo. O fato é que as conquistas, da categoria dos professores, têm caído por terra, uma a uma: quando não se perde em termos salariais (por exemplo) perde-se em termos pedagógicos (com a implantação dessa “Pedagogia do Opressor”): “Antes mesmo de ser publicado em português, um autor norte-americano já era mencionado em determinadas matérias e artigos como autoridade educacional que poderá ajudar o Brasil a superar o desempenho preocupante de nossos alunos. Chama-se Doug Lemov. Foi citado, por exemplo, no artigo ‘Aula cronometrada’, na revista *Veja* [...]. A mensagem é simples: os professores precisam de menos pedagogia e mais treinamento [...]. Temos, assim, um guru na medida certa. Purificado de ideologias críticas (leia-se influência de Paulo Freire ou coisa que o valha), preocupado apenas em transmitir conhecimentos, eficaz, aplicando as 49 técnicas descritas por Lemov, o professor-campeão, padronizado, conseguirá resultados padronizados, padronizando corretamente os seus alunos”. (PERRISÉ, 2014)

portanto, uma hora já havia se passado desde que o “ato público” se iniciara – e o debate seguia naqueles termos.

DIGA NÃO AO FECHAMENTO DE SALAS DE AULA

O fechamento de salas de aulas em grande número na rede irá desestruturar a vida de muitos professores, sejam efetivos ou não. Isso se dará porque além dos fatores já conhecidos, em 2015 será implementado o 9º (nono) ano no Ciclo2 (dois), portanto esses alunos, tanto da rede estadual como da rede municipal, que anteriormente iriam para as escolas estaduais de ensino médio, permanecerão no Ciclo2 e em suas escolas de origem.

A primeira vista pode parecer que o problema será apenas nas escolas de ensino médio, mas não é. A atribuição de aulas é um processo em cadeia que acaba atingindo todos ou quase todos em todas as escolas. Professores efetivos, categoria F, categoria O, todos estão no mesmo barco e poderão ser prejudicados. Portanto, a hora é agora, é preciso, no mínimo, lutar para buscar uma saída. **MOBILIZE SUA ESCOLA E PARTICIPE.**

Convide a comunidade e os alunos e discuta a necessidade e importância de manter as salas de aula em funcionamento com um número menor de alunos para melhorar a qualidade do ensino e reduzir a violência, que é hoje um dos maiores problemas nas escolas. Além disso, é preciso exigir que o governo estadual cumpra a lei do piso que estabelece a redução da jornada, para que os professores possam dedicar mais tempo na preparação de suas aulas ou mesmo para a sua formação. Com essas medidas é possível garantir a melhoria na qualidade do ensino, condições de trabalho e emprego para os professores. Portanto, não fique parado, nem calado, participe da luta.



**SINDICATO DOS
PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO**
Filiado à **CPE** e **CUT**

ATO PÚBLICO - DIRETORIA DE ENSINO
DIA 18/11/2014 – 15 HORAS
Audiência com a Dirigente

Figura 1 – Panfleto distribuído nas escolas

Debaixo do sol forte, a multidão se entreolhava, havia sorrisos e também apreensão nos olhares. Vez ou outra, pelo passeio ocupado, trafegavam homens e

Fato e Versões, Coxim: MS, v. 09, n. 16, PP 68-83. Set-Dez 2016

mulheres que iam e vinham, talvez do trabalho, mas não demonstravam nenhuma curiosidade com relação aos acontecimentos, tal qual a definição do “espírito moderno” de Simmel (WAIZBORT, 2000, p. 353). Só posso responder por mim, mas a impressão, transmitida pela indiferença dos transeuntes somada à demora da dirigente em nos atender, era de que estávamos sós; apesar do convite feito à “comunidade” (Figura – 1). Nossa demanda, cujo objetivo inicial era a manutenção dos nossos empregos, pois anunciava-se o fechamento de várias salas de aula para 2015, estava, contudo, atrelada à melhoria das condições de trabalho – a redução do número de alunos por sala – e, deste modo, à melhoria do ensino como um todo. Mas, a ínfima presença dos professores somada à presença de apenas três alunos e à completa ausência da comunidade, parecia demonstrar que a demanda não era importante.

De uma maneira – digamos – pontual, o problema não afetava poucos professores. A explicação oficial nos dizia que, com as alterações na estruturação do ensino básico que tiveram início com a Lei 11.274 de 2006, criou-se o chamado 9.º ano, mas, as escolas estaduais continuaram a administrar as mesmas quantidades de salas (no Ensino Fundamental): 6.º, 7.º, 8.º e 9.º, sendo que as escolas municipais foram acrescidas de uma sala: um 1.º ano (para as crianças com seis anos de idade). Segundo dizem os dirigentes, a partir de 2011, os alunos que deveriam compor o 5.º, nas escolas do estado, mantiveram-se nas escolas municipais em razão da imposição da citada lei e, assim, o fluxo foi interrompido. Além do mais em 2010 todas as escolas públicas deveriam estar “adaptadas” a essa nova seriação, portanto o atraso de muitas escolas acumulou um montante de alunos matriculados aos seis anos de idade, os quais foram chegar, em 2014, ao 5.º ano; abrindo assim o intervalo que os manteve fora das escolas estaduais. Aliás, ao contrário do que lemos no texto na Figura–1, o choque maior não fora sentido na transição entre ensino fundamental e médio, mas entre escolas municipais e estaduais.

Evidentemente, a mão de obra que foi exigida em uma das extremidades dos “vasos comunicantes” proveio da outra extremidade, mas, o fato é que muitas salas em escolas estaduais deveriam ter sido fechadas. Preferiu-se, à época, a redistribuição no montante de alunos, garantindo assim a manutenção do “fluxograma”. Somou-se a isso, o lento e contínuo esvaziamento das salas de aula da rede estadual, resultado da migração espontânea desses *alunos de escola pública* para a *escola privada*: face à *Fato e Versões, Coxim: MS, v. 09, n. 16, PP 68-83. Set-Dez 2016*

melhoria da renda da população mais carente, *pari passu* à piora da rede pública paulista somada à popularização da rede privada.

A gota d'água talvez seja um somatório de crises – inclusive a falta da mesma água, em si mesma a junção de um período de escassez de chuvas com a falta de planejamento e investimento do Governo do Estado no setor. Difícil dizer, mas em todo caso, os professores foram envolvidos em um problema extra – além de tantos outros com os quais precisam lidar diariamente –, ou seja, o fechamento de salas e a consequente diminuição do número de professores empregados nas escolas públicas paulistas. Segundo a APEOESP, até o momento – e escrevo este parágrafo no dia 07 de abril de 2015 – foram mais de 2700 salas de aulas fechadas em todo o estado (ZANVETTOR, 2015). Além do mais, a falta daquela demanda de alunos, a qual, segundo os órgãos oficiais, é a responsável pelo fechamento das salas, parece não se confirmar, uma vez que, em alguns casos, há salas com 85 alunos (*Ibidem*) – quando o recomendável é 30 e 35, respectivamente para o Fundamental e o Médio.

Quando aquele amigo professor que havia me confidenciado sua angústia, chegou ao local, a decisão tinha sido alcançada finalmente: iríamos protocolar o tal “documento onde expressávamos nossas críticas e nossa proposta” (de redução do número de alunos por sala) e iríamos entrar juntos (para realizar o protocolamento) no *hall* de não mais que trinta metros quadrados. A expectativa era muito simples: os burocratas testemunhariam, mesmo que por um instante, a superlotação dos nossos locais de trabalho (as nossas salas de aula) e, por conseguinte, a confusão que tal circunstância gera.

Entramos pelo portão, cumprimentamos os “guardas” e adentramos o salão (repto: de não mais que 30 m²) que existe na recepção do prédio; e onde havia trabalhos escolares em exposição – eram belos vitrais, diga-se de passagem. Tendo todos nós, nos espremido naquele cômodo, ocorreu aquele discurso inspirado do professor Victor; e em seguida os gritos de: “Desce Simone!” Diante, talvez, dos ruidosos convidados, a dirigente mandou que avisassem: “ela receberá uma comissão de 5 pessoas, mas quando for 17:40 hs.”

Naquele momento, não era sequer 17:00 hs. Mas, estávamos (alguns) desde as 14:30 e *esperar* era o que estávamos fazendo desde então. Na saída eu me dirigi àquele

amigo professor: “Estratégia! Ela marca às dezessete e quarenta. Até o grupo se formar e subir à sala da madame, já se foram dez minutos. Ela abre a porta. Eles entram. Ela diz que não vai poder fazer nada – o que já sabemos que ela vai dizer. Já se foram outros dez minutos. Dezoito horas: acabou o expediente”.

Dispostos a esperar por mais uma hora fomos andando para o lado externo da sala de não mais que 30 m². Alguns fumantes iam acendendo seus cigarros. O Lúcio pediu um “palheiro” para alguém – os cigarros convencionais estão muito caros atualmente – e depois resolveu comprar algo, numa padaria que havia ali perto. Ele me chamou e fomos então. Na padaria, não me atrevi a comer, após pagar R\$ 4,00 numa lata de refrigerante de limão.

O em torno da Diretoria de Ensino, destoa bastante da realidade do ensino público paulista e, *a fortiori*, da realidade dos professores paulistas: amplas casas, padarias *gourmet*, lojas de grife etc. Aliás, o nome da Avenida onde o prédio se encontra, é um convite à memória do pensamento conservador e das oligarquias estaduais. *Nove de Julho*: o dia em que o estado de São Paulo se levantou contra a república, com o intuito de preservar a “ordem das coisas⁷”. Ora, não estavam aqueles paulistas (de 32) lutando pela manutenção de seus privilégios, os quais eles (paulistas) consideravam direitos? Ironicamente, estávamos na Nove de Julho, nós (professores), lutando pela manutenção de direitos que o Governo do Estado considera serem privilégios.

Senão, vejamos. O Governo do nosso estado (São Paulo) está agindo em desacordo com a lei federal que determina que 1/3 da jornada do professor seja cumprida fora da sala de aula – com o planejamento das aulas e demais atividades auxiliares ao processo ensino/aprendizagem. Mas, o mesmo Governo está implantando um *sistema digital* – elogiável, aliás – que substituirá grande parte das rotinas de documentação realizadas diariamente pelos professores; e ele, Governo, pretende que os professores realizem tanto suas rotinas atuais, quanto aquela que o sistema digital está

⁷ Ou seja, *status quo ante*, a “política do café com leite”. A propósito, na linha de frente das forças reacionárias paulistas, também estava o pai do Ditador João B. Figueiredo: “Na noite de 9 para 10 de julho, sublevou-se parte das forças do Exército aquarteladas em São Paulo, sob o comando do coronel Euclides Figueiredo”. [Boletim da Secretaria de Interior de Minas Gerais sobre a situação nesse estado, 1932. Belo Horizonte-MG. (CPDOC/GC e 1932.07.08)]

implantando: um aumento de trabalho *pari passu* à diminuição do tempo de trabalho remunerado⁸.

Finalmente, no horário combinado, a dirigente mandou avisar que receberia a “comissão”. Lá foram então, três professores e duas professoras; além de duas adolescentes que se encorajaram a participar tanto do movimento quanto da “reunião” com a dirigente, como representantes (assim autointituladas) dos alunos das escolas públicas paulistas. A reunião que se seguiu – como era de se esperar – não sinalizou com nenhuma perspectiva otimista; não para nós, professores. Ao contrário, a indiferença da dirigente, permeada por momentos de agressividade – por exemplo, direcionada às citadas adolescentes –, nos causou a pior impressão possível.

Naquela noite, provavelmente em razão do sol, fui acometido de uma febre e, tentando trabalhar no dia seguinte, meu destino foi um hospital.

ESCOLA ESTADUAL DEPUTADO JOSÉ COSTA

Existem, no estado de São Paulo, aproximadamente cinco mil instituições estaduais de ensino público. Evidentemente, assim como as cidades são diferentes, as instituições também o são. Além do mais, numa mesma cidade, as instituições também são muito distintas.

Pois bem. No município de Serrana existem apenas 3 escolas estaduais: a E. E. Profa. Neusa M. do Bem, a E. E. Jardim das Rosas – da qual aquele professor referido antes saiu escoltado pela polícia – e a E. E. Dep. José Costa. Na última, onde trabalho⁹,

⁸ Temo que esse raciocínio não tenha ficado claro. Vou, então, utilizar outras palavras. Vejam vocês: com o cumprimento da “Lei do 1/3”, nos outros estados, um professor que trabalhava (hipoteticamente) 26 ou 27 hs./semana e ganhava por 30 hs./semana (tendo assim, umas três horas para atividades extraclasse), passa a ter que trabalhar 20hs./semana e ganha pelas mesmas 30 hs./semana. Evidentemente, ao invés de se desfazer de 6 ou 7 aulas (para ficar com as 20hs./semana), o professor vai aumentar sua jornada, somando às 27 hs./aula (por exemplo) um terço a mais, ou seja, 9 aulas. Assim ele passaria a ganhar por 36/hs./semana, sem acrescentar nem mais uma aula à sua jornada. No estado de São Paulo, com o descumprimento dessa lei, o resultado prático é o rebaixamento do salário em comparação com os estados que cumprem a lei.

⁹ Quando escrevi essa frase, ainda trabalhava naquela escola. Mas hoje, em abril de 2015, devo me referir àquele trabalho como “concluído”: pois exonerei em janeiro do mesmo ano de 2015. Sobre essa exoneração, é preciso confessar que o motivo foram as péssimas condições de trabalho, mais do que o mísero salário: R\$1400,00/24ha: líquido (*vide* a Figura-2, a seguir). Considerem, também, que o auxílio alimentação, variável, girava em torno de R\$100,00: quantia gasta com bilhetes de ônibus. Além disso, o menor aluguel que pude encontrar, tangia os R\$500,00 (Rib. Preto/SP); num local, aliás, um pouco *Fato e Versões, Coxim: MS, v. 09, n. 16, PP 68-83. Set-Dez 2016*

a rotina se dividia em chegar – sempre no chamado “ônibus circular” – um pouco antes das 7:00hs, conversar alguma coisa por alto: sobre o clima, a política etc. e dar início, então, aos preparativos para entrar em sala de aula, ou seja, o começo de tudo – o *terminus a quo*: o ponto donde o óleo do navio cai no mar, sujando-o.

Infelizmente essa metáfora do petroleiro não transmite a exata noção do problema – claro que, enquanto professor, minha tarefa é criar metáforas desse tipo, ou seja, preciso ser didático sempre que possível. Mas, não transmite a exata noção porque a poluição com o óleo é uma circunstância que – fora do esperado – acontece muito raramente. Não é o caso do trabalho de professor (na rede pública), onde a circunstância não desejada se tornou a própria rotina – como se o vazamento de óleo fosse o trabalho do navio. Circunstância indesejada? Refiro-me a todas as coisas, pequenas ou grandes, que se distribuem no espaço de tempo entre 7:00hs e 10:20hs: gritos de todos os timbres, xingamentos, lutas (reais ou simuladas) e muita indiferença. Destaco que essa é apenas a parcela de “óleo” dos alunos, pois a pressão, por parte da administração da escola também existe; aliás, mesmo que na forma de gotas ela é constante.

Suporta-se tudo muito bem, até o horário do intervalo: 10:20hs, quando por cerca de meia hora respiramos um pouco. Horário, igualmente, das reclamações – que nunca faltam – e do discurso do Prof. Roberto (Fernandes Toffoli): célebre por suas alegorias envolvendo a “Bíblia” cristã. Num de seus discursos, ele alertava os colegas sobre os pequenos “saques” do Governo do Estado que, ao longo prazo, somando-se todos, “esvaziariam” nossa categoria. “Dias de vacas magras aproximavam-se” – apregoava ele.

Nesse mesmo dia, voltávamos em nosso ônibus, por volta das 13:00hs, e ainda que o esgotamento fosse visível ele foi capaz de se lembrar do livro de Hannah Arendt. Dizia que quando os nazistas começaram a aplicar a “solução final”, os judeus ainda não conseguiam entender o que estava acontecendo. Eles recebiam orientações para entrar nos vagões e entravam, seguindo assim para o Campo de Concentração sem compreenderem a dimensão do que estavam fazendo:

insalubre, que me implicaria em gastos médicos a médio prazo. Essas são algumas das questões vitais que afligem nossa categoria profissional; e – claro – nossa Classe Social.

Fato e Versões, Coxim: MS, v. 09, n. 16, PP 68-83. Set-Dez 2016

Os peritos legais elaboravam a legislação para tornar apátridas as vítimas [...]. O Ministério das Finanças e o Reichsbank se preparavam para receber um vasto butim de toda a Europa, inclusive relógios e dentes de ouro [...]. O Ministério dos Transportes providenciava os vagões ferroviários necessários [...] e providenciava para que os horários de deportação não entrassem em conflito com o horário de outros trens. Eichmann e seus homens informavam aos Conselhos de Anciãos Judeus quantos judeus eram necessários para encher cada trem, e eles elaboravam a lista de deportados. Os judeus se registravam, preenchiam inúmeros formulários, respondiam páginas e páginas de questionários referentes a suas propriedades, de forma que pudessem ser tomadas mais facilmente; depois se reuniam nos pontos da coleta e embarcavam nos trens [...]. No entender de Eichmann, ninguém protestou, ninguém se recusou a cooperar. “Immerzu fahren hier die Leute zu ihrem eigenen Begräbnis” (Dia após dia, as pessoas aqui partem para seu próprio funeral), como disse um observador judeu em Berlim, em 1943. (ARENDDT, 1999, p. 131-132)

O que ocorreu com os judeus, no final da primeira metade do século passado, ocorreria com os professores de São Paulo – na opinião daquele professor e sindicalista. Aparentemente, catastrófica, essa avaliação não era apenas pessimista, mas se fundamentava em alguns indícios. Por exemplo, nas ocasiões das falas do Prof. Roberto, seus colegas sempre ocupavam-se com algo, buscando até mesmo evitar saber do que se tratava a referida fala; ou ainda, na ocasião da nossa visita à Diretoria de Ensino – “relatada” no início deste texto – a quase completa ausência dos colegas.

Essa profunda apatia desses colegas professores – claro, excetuando-se aqueles que estiveram na porta da D. Ensino, no dia 18 de novembro – era sempre rompida nas reuniões pedagógicas. Era nesse momento em que toda a revolta dos professores emergia, todo o descontentamento ganhava (alta) voz, mas, o alvo do descontentamento eram alunos. Fazia-se necessário “assustar fulano”, “reprovar beltrano”, “transferir cicrano” etc. e os tons de voz, o gestos, os ânimos, tudo denotava nervosismo. Porém, tudo inútil. Aquele momento de catarse cumpria sua função meramente terapêutica – ou dramática, no sentido aristotélico (BRECHT, 1978, p. 55) – e no dia seguinte, as coisas estariam do mesmo jeito, quer reprovássemos ou não este ou aquele aluno (dito) problemático.

A questão, de fato, não se esgota com a progressão, com a exclusão, nem nada disso. Também não se trata de uma falta de disciplina – essencial para a aprendizagem, segundo o próprio Paulo Freire (2002) – pois, ainda continuaríamos sobrecarregados e, *Fato e Versões, Coxim: MS, v. 09, n. 16, PP 68-83. Set-Dez 2016*

a fortiori, mal pagos; como o meu próprio demonstrativo de pagamento pode comprovar:

PIS/ PASEP 126220591-50	Cargo/ Função Atividade C/6409-PROFESSOR EDUCACAO BASICA II		Categoria TITULAR DE CARGO EFETIVO			
Reg. Retrib. 08	Esc./ Tab. Vencimento 21/ 3		Ref./ Grau - Faixa/ Nível 001/ A			
Município 663	U.C.D. 07.663	Unidade Freqüência 43625 - EE JOSE COSTA - DEPUTADO				
Banco 001-B. BRASIL	Agência 6842 - CPOS ELISEOS - RIB PTO		Conta Corrente 28647 8			
Aux. Alimentação 003	Tipo da Folha FOLHA NORMAL - 08/2014		Data Pagamento 05/09/2014			
Código	Denominação	Nat.	Qtde.	Unid.	Período	Valor
01.001	SALARIO BASE	N		VALOR	08/2014	1.449,53 +
02.045	CARGA HOR/SUPL - ENSINO MEDIO	N	020	AULAS	08/2014	241,58 +
12.020	AUXILIO TRANSPORTE	N	013	VALOR	01/08/2014 A 31/08/2014	8,40 +
70.006	IAMSPE	N	2,00	PERC.	08/2014	33,82 -
70.056	CONTR.PREVID.11%-RPPS LC.1012/2007	N	11,00	PERC.	08/2014	186,02 -
Depósito FGTS	FGTS 13º Salário	Base Contr.Prev./INSS	Total Vencimentos	Total Descontos	Líquido a Receber	
		1.691,11	1.699,51	219,84	1.479,67	
Alteração de Exercício/ Cargo em Comissão			Legenda da Natureza (Nat.)			
			N = Normal D = Devolução E = Estorno			
			A = Atrasado R = Reposição			

Figura 2 – Demonstrativo de pagamento (excerto)

A própria profissão, talvez nunca antes tão necessária num país que ainda alimenta uma dependência crônica das *commodities* agrícolas, parece ter alcançado um ponto de inflexão. Assim, se atualmente um funcionário (público) como um Copeiro – e espero que nenhum Copeiro sintam-se mal com este argumento – recebe o mesmo salário¹⁰ que um professor o qual, trabalhando no ensino médio (por exemplo), precisa “[...] preparar [o aluno] para a vida, qualificar para a cidadania e capacitar para o aprendizado permanente, em eventual prosseguimento dos estudos ou diretamente no mundo do trabalho” (BRASIL, 2002, p. 09); então há uma escala de valores, que não parece tão clara. Ao menos não está clara para aqueles colegas que, diante dos renitentes avisos do sindicalista, preferem debruçar-se na mesa e cochilar um pouco.

De fato, testemunhei os tais cochilos e nem me parece isso algo difícil de entender-se; afinal, diante da implosão da carreira e tendo que arcar com um custo de

¹⁰ Um copeiro no Senado Federal recebia em 2009, algo em torno de R\$ 2400,00 (VASCONCELOS, 2009). Evidentemente, esta informação, onde foi veiculada, pretende defender a necessidade de terceirizar diversos serviços públicos. Eu não endosso essa tese, nem penso que o copeiro ganha demais.

vida a cada ano mais elevado, a solução de alguns colegas é aumentar sua carga horária. Um desses professores, o qual me conhecia há alguns meses, estando ele comigo no dia mobilização relatada acima, perguntava-me repetidamente pelo meu nome. Na verdade, ele estava visivelmente exausto e, portanto, eu lhe dizia meu nome sempre que necessário. As razões de seu esgotamento não era a idade – tinha não mais que 30 anos – nem qualquer doença degenerativa, era a carga horária de 48 aulas por semana. Aliás, a repetição, a rotina cimentada que Luckesi (1994) denomina “senso comum pedagógico”, também me parece absolutamente justificável mediante essas condições de trabalho.

A solução que encontrei para mim, nem se aproxima do ideal. Pedi exoneração. Isso é uma fuga do problema – evidentemente. Mas, se assim não fosse, o que eu poderia fazer? A percepção, ao menos no Estado de São Paulo, é de abandono. O poder público deu as costas para os professores e sua recusa em cumprir a Lei n.º 11.738 de 2008, mais do que demonstra essa circunstância. Mas, não simplesmente o Estado, os professores *abandonaram sua categoria* – se é que, em algum momento, comportaram-se como uma. Eles estão mais interessados em aposentarem-se, afastarem-se, auferirem a bonificação etc., em suma: qualquer coisa como um “salve-se quem puder”.

Talvez nem seja necessário acrescentar que a sociedade abandonou o professor. Uma ideia assim enunciada causa uma péssima impressão, pois, se noutra ocasião o combate aos “Amigos da Escola” buscava, sobretudo, a afirmação do profissional/professor, veicular a ideia de que a sociedade deveria “socorrer” aos professores, é, no mínimo, um retrocesso. Contudo, não é disso que se trata, mas sim, do absenteísmo dos adultos em relação à educação dos jovens. Ficando, o professor, responsável pela transmissão dos conhecimentos – o que é mais do que justo –, das normas de ética, de comportamento, dos gostos etc. Ironicamente, o absenteísmo é rompido quando é rompido também esse “contrato” que atribui ao professor quase toda a responsabilidade com relação à criação dos filhos; e os pais vão à escola e levam consigo seu descontentamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na ocasião da coleta de dados na escola, no chamado “*Dia D* da Autoavaliação institucional”, ocasião na qual o Governo do Estado aproxima-se, capciosamente, dos professores, estávamos eu e três professores veteranos, respondendo ao questionário, numa sala qualquer. Fazia menos de uma semana desde o início do meu trabalho e, deste modo, eu carregava ainda muitas ideias, referentes aos meus trabalhos anteriores – inclusive enquanto professor.

Entre as perguntas daquele questionário havia uma muito sintomática. Era algo como: *Qual é o maior problema que os professores enfrentam*. Tendo sido consultado pelos colegas curiosos para me conhecerem um pouco melhor, eu respondi sem pensar: “é o Estado”. Uma professora, porém discordou, alegando que as “drogas” eram o grande problema.

Mutatis mutandis, as “drogas”, daquela professora, são um rótulo relativamente simplista que busca explicar o comportamento dos alunos, nos dias atuais. Já, na Escala Macro, procurei por aquilo que me parecia *a origem* do problema; talvez até ignorando essas questões pontuais, tais como o comportamento. Hoje, contudo, sou capaz de dizer que entendo, profundamente, o raciocínio daquela colega e, em parte, concordo com ela. O sofrimento que experimentei, assim como a angústia do professor Rafael (CARVALHO, 2014), acaba por perturbar nossa capacidade de análise, impedindo-nos de entender/explicar, nossa condição, partindo apenas do político e do social. Com o tempo, vamos nos somando ao coro que, nas reuniões pedagógicas, simplesmente “pede a cabeça” dos chamados alunos-problema; e vamos caindo no senso comum pedagógico:

[...] parece que o senso comum é o seguinte: para ser professor no sistema de ensino escolar, basta tomar um certo conteúdo, preparar-se para apresentá-lo ou dirigir o seu estudo; ir para uma sala de aula, tomar conta de uma turma de alunos e efetivar o ritual da docência: apresentação de conteúdos, controle dos alunos, avaliação da aprendizagem, disciplinamento etc. Ou seja, a atividade de docência tornou-se uma rotina comum [...]. (LUCKESI, 1994, p. 97)

Subjetivismo? Sim, é inegável. Entretanto, o que salta à vista é a contradição – o tal “índice de verdade teórica” (ŽIŽEK, 1992, p. 17) – contradição entre narrativas, entre essas e as práticas e das práticas entre elas mesmas. Aliás, esse mesmo

“subjetivismo”, nos remete ao célebre bordão marxiano: “Chega-se [...] ao resultado de que o homem (o trabalhador) só se sente como [ser] livre e ativo em suas funções animais, comer, beber e procriar [...] e em suas funções humanas só [se sente] como animal.” (MARX, 2004, p. 83)

FONTES

BRASIL. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. PCN+ Ensino Médio: Orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ciências humanas e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2002.

CARVALHO, Rafael S. 26 anos, professor de matemática. Entrevista concedida a Elias Coimbra da Silva, em 18 de novembro de 2014.

TOFFOLI, Roberto F., 44 anos, professor de história. Entrevista concedida a Elias Coimbra da Silva, em 12 de agosto de 2014.

VASCONCELOS, Adriana. Senado: uma casa com 717 copeiros e contínuos. Disponível em: <<http://www.noblat.oglogo.globo.com/noticias/noticia/2009/07/senado-uma-casa-om-717-copeiros-continuos-204711.html>>. Acesso em 08 abr. 2015.

ZANVETTOR, Gabriel. SP: Alckmin fecha 2.700 salas de aula. Disponível em: <<http://www.carosamigos.com.br/index.php/politica-2/4812-sp-alckmin-fecha-2700-salas-de-aula>>. Acesso em: 06 abr. 2015.

BIBLIOGRAFIA

ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém* – um relato sobre a banalidade do mal. Trad. José R. Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BRECHT, Bertold. *Estudos sobre teatro*. Trad. Fiamma Pais Brandão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

CAÇÃO, Maria I. Trabalho docente no ensino público paulista e a saga da Proletarização. *Rev. ORG & DEMO*. Marília-SP, v. 8, n.1/2, p. 151-170, jan.-jun./jul.-dez., 2007.

Fato e Versões, Coxim: MS, v. 09, n. 16, PP 68-83. Set-Dez 2016

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LUCKESI, Cipriano C. *Filosofia da educação*. São Paulo: Cortez, 1994.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

PERRISÉ, Gabriel. *Em busca de um guru educacional*. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/em_busca_de_um_guru_educacional>. Acesso em: 01 de dezembro 2014.

ROCHA JR. Orandes C. *Avaliação docente no ensino público estadual de São Paulo: a bonificação por resultado na opinião do professor*. 2012. 91 f. Dissertação (Mestrado) – Pontífice Universidade Católica. São Paulo, 2012.

SCHIAVINATTO, Iara. Henri Berr: a história como vida e valor. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 105-120, set.92/ago.93.

WAIZBORT, Leopoldo. *As aventuras de Georg Simmel*. São Paulo: USP, Curso de Pós-graduação em Sociologia: Ed. 34, 2000.

ŽIŽEK, Slavoj. *Eles não sabem o que fazem – o sublime objeto da ideologia*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.